

| O direito à cidade*

David Harvey**

Resumo:

Este artigo lança mão do conceito de direito à cidade, originalmente definido por Lefebvre, para examinar o papel desempenado pelo espaço urbano como canal de absorção de capital excedente ao longo da história e, ao fazê-lo, incorpora àquele conceito novos conteúdos de natureza política.

Palavras-chave: Cidade. Excedente. Crise. Revolta.

The right to the city

Abstract:

This article uses the concept of the right to the city, originally defined by Lefebvre, to examine the role played by urban space as a channel for the absorption of capital surplus throughout history. In doing so, it incorporates into that concept new contents of a political nature.

Keywords: City. Surplus. Crisis. Revolt.

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito. Aqui, procuro explorar um outro tipo de direito humano, o direito à cidade.

O compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano? A cidade, nas palavras do sociólogo Robert Park, é “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo. (1967: 3)

* Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na *New Left Review*, n. 53, 2008. Lutas Sociais agradece ao autor pela autorização de publicar o artigo.

** Professor da City University of New York. End. eletrônico: DHarvey@gc.cuny.edu

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo.

A necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital molda a política do capitalismo e, também, confronta os capitalistas com várias barreiras à contínua e problemática livre expansão. Se o trabalho é escasso e o salário é alto, o trabalho existente deve ser disciplinado – o desemprego tecnologicamente induzido e a investida contra o poder organizado da classe trabalhadora são os principais métodos – ou nova força de trabalho deve ser encontrada através da imigração, da exportação de capital ou da proletarianização de elementos até então independentes da população. Os capitalistas devem, também, descobrir novos meios de produção, em geral, e recursos naturais, em particular, que aumentem a pressão sobre o ambiente natural para revelar matéria prima indispensável e absorver os resíduos inevitáveis. Eles precisam explorar terrenos para extração de matéria prima, objetivo frequente dos empreendimentos imperialistas neocoloniais.

As leis coercitivas da competição também forçam a contínua implementação de novas tecnologias e formas organizacionais, pois estas habilitam os capitalistas a excluírem da competição os métodos inferiores em uso. As inovações definem novas carências e necessidades, reduzem o tempo de retorno do capital e diminuem a fricção da distância, que limita a extensão geográfica no interior

da qual os capitalistas podem procurar por fornecimento ampliado de trabalho, matéria prima etc. Se não há suficiente poder de compra no mercado, então novos mercados devem ser encontrados pela expansão do comércio exterior, promoção de novos produtos e estilos de vida, criação de novos instrumentos de crédito e financiamento estatal de dívida e gastos privados. Finalmente, se a taxa de lucro está muito baixa, então a regulação estatal da “competição arruinada”, da monopolização (fusões e aquisições) e a exportação de capital fornecem a saída.

Se qualquer das barreiras acima não puder ser contornada, os capitalistas estarão impossibilitados de reinvestir proveitosamente o seu excedente. A acumulação de capital estará bloqueada, levando-os a enfrentar uma crise na qual o capital pode ser desvalorizado e, em alguns casos, até mesmo fisicamente liquidado. As mercadorias excedentes podem perder valor ou serem destruídas, enquanto a capacidade produtiva e os ativos podem ser depreciados e abandonados; o próprio dinheiro pode ser desvalorizado através da inflação e, o trabalho, do desemprego massivo. Então, até que ponto a necessidade de contornar essas barreiras e expandir o terreno da atividade lucrativa determina a urbanização capitalista? Aqui, argumento que a urbanização desempenhou um papel particularmente ativo, ao lado de fenômenos tais como gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro.

As revoluções urbanas

Considere, primeiro, o caso de Paris do Segundo Império. O ano de 1848 trouxe uma das primeiras crises claras, por toda a Europa, tanto de capital excedente ocioso quanto de desemprego. Ela golpeou duro particularmente Paris e resultou numa fracassada revolução de trabalhadores desempregados e daqueles burgueses utópicos que viam numa república social o antídoto para a ganância e a desigualdade que caracterizaram a Monarquia de Júlio. A burguesia republicana reprimiu violentamente os revolucionários, mas fracassaram em resolver a crise. O resultado foi a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte, que armou um golpe em 1851 e se autoproclamou imperador no ano seguinte. Para sobreviver politicamente, ele valeu-se de ampla repressão aos movimentos políticos alternativos. A situação econômica ele tratou por meio de um amplo programa de investimento em infraestrutura, tanto interna como externamente. Neste último caso, isto significou a construção de estrada de ferro por toda a Europa em direção ao Oriente, assim como apoio a grandes obras, tal como o Canal de Suez. Internamente, significou consolidar a rede ferroviária, construir portos e ancoradouros e drenar pântanos. Isto acarretou, acima de tudo, a recon-

figuração da infraestrutura urbana de Paris. Bonaparte declarou Georges-Eugène Haussmann encarregado das obras públicas urbanas em 1853.

Evidentemente, Haussman entendeu que era sua missão ajudar a resolver o problema do excedente de capital ocioso através da urbanização. A reconstrução de Paris absorveu um enorme quantum de trabalho e capital pelos padrões da época, o que, associado com a supressão das aspirações da força de trabalho, consistiu no principal meio de estabilização social. Ele tomou os planos que fourieristas e saint-simonianos tinham debatido na década de 1840 para remodelar Paris, mas com uma grande diferença: ele transformou a escala na qual o processo urbano era imaginado. Quando o arquiteto Jacques Ignace Hittorff mostrou seus planos para um novo boulevard, Haussmann repeliu-o, dizendo-lhe: “não é suficientemente amplo... você concebeu 40 metros e eu quero 120.”. Ele anexou o subúrbio e redesenhou toda a vizinhança, tal como Les Halles. Para Isto, Haussmann precisou de novas instituições financeiras e novos instrumentos de débito, o *Crédit Mobilier* e o *Crédit Immobilier*, que foram construídos sobre bases saint-simonianas. Com efeito, ele ajudou a resolver o problema da disponibilidade de capital excedente ao estabelecer um sistema proto-keynesiano de financiamento da infraestrutura urbana.

O sistema funcionou bem por uns quinze anos e envolveu não apenas a transformação da infraestrutura urbana, mas também a construção de uma nova maneira de vida pessoal e urbana. Paris se tornou “a cidade das luzes”, o grande centro de consumo, turismo e prazer, os cafês, as lojas de departamento, a indústria da moda e as grandes exposições mudaram o modo de vida para que pudesse absorver vastos excedentes através do consumismo. Mas, em seguida, o sistema financeiro e a estrutura de crédito, extensivos e especulativos, quebraram em 1868. Haussmann foi demitido. Napoleão III, em desespero, lançou-se à guerra contra a Alemanha de Bismarck, e perdeu. No vácuo que se seguiu irrompe a Comuna de Paris, um dos maiores episódios revolucionários da história urbana capitalista, forjado, em parte, sem nostalgia pelo mundo que Haussmann destruiu, assim como pelo desejo de devolver a cidade àqueles desalojados por sua obra (Harvey, 2003a).

Avancemos agora para a década de 1940 nos EUA. A enorme mobilização para o esforço de guerra resolveu, temporariamente, o problema da disponibilidade de capital excedente, que parecia insolúvel nos anos 1930, assim como do desemprego que o acompanhava. Mas todos eram temerosos quanto ao que aconteceria após a guerra. Politicamente a situação era perigosa: com efeito, o governo administrava uma economia nacionalizada e tinha aliança com a URSS, embora poderosos movimentos sociais com inclinações socialistas tivessem emergido na década de 1930. Como na era Bonaparte, uma forte dose de repressão

política era reclamada pelas classes dominantes da época. A subsequente história do McCarthyismo e a política da Guerra Fria, das quais já havia sinais abundantes no começo da década de 1940, são por demais familiares. No front econômico permanecia a questão de como poderia ser absorvido o capital excedente.

Em 1942, uma longa avaliação do esforço de Haussmann apareceu no periódico *Architectural Forum*. O periódico documentou em detalhe o que tinha sido feito e arriscou uma análise de seus erros, mas procurou recuperar sua reputação como um dos maiores urbanistas de todos os tempos. O artigo foi escrito por ninguém mais que Robert Moses, que após a Segunda Guerra fez em Nova York o que Haussmann tinha feito em Paris (Moses, 1942). Ou seja, Moses mudou a escala da concepção de processo urbano. Por meio de um sistema de autoestrada e transformações infraestruturais, suburbanização e completa reengenharia, não simplesmente da cidade, mas de toda a região metropolitana, ele ajudou a resolver o problema da absorção de capital excedente. Para isto, ele recorreu a novas instituições financeiras e arranjos tributários que liberaram o crédito para a expansão da dívida financeira urbana. Quando considerado nacionalmente o principal centro metropolitano dos EUA – também outra transformação de escala – este processo desempenhou um papel decisivo na estabilização do capitalismo global após 1945, um período em que os EUA podiam dispor de todo o poder por meio do gerenciamento do seu déficit comercial.

A suburbanização dos EUA não foi uma simples questão de nova infraestrutura. Como no Segundo Império em Paris, ela acarretou uma transformação radical dos estilos de vida, trazendo novos produtos domésticos, como refrigeradores e condicionadores de ar, assim como dois carros na garagem e um enorme aumento do consumo de petróleo. Ela também alterou o panorama político, como a casa própria subsidiada para a classe média, que mudou o foco de ação da comunidade para a defesa da propriedade e das identidades individualizadas, canalizando o voto do subúrbio para o conservadorismo republicano. Os proprietários endividados, argumentava-se, eram menos propensos a entrar em greve. Este projeto bem-sucedido absorveu o excedente e assegurou a estabilidade social, ainda que ao custo de deprimir a parte central das cidades e gerar intranquilidade urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade, sobretudo os afro-americanos.

Por volta do fim dos anos 60, um tipo deferente de crise começou a se desenrolar. Tanto Moses, como Haussmann, perdeu a graça, e suas soluções passaram a ser vistas como inadequadas e inaceitáveis. Os tradicionalistas reuniram-se em torno de Janes Jacobs e buscaram conter o modernismo brutal dos projetos de Moses com uma vizinhança esteticamente localizada. Mas os subúrbios tinham sido construídos e a mudança radical no estilo de vida que isto indicava, teve

muitas consequências sociais; lideranças feministas, por exemplo, proclamavam o subúrbio o lócus dos seus principais descontentamentos. Se a haussmannização influenciou na dinâmica da Comuna de Paris, a vida suburbana desalmada também desempenhou um papel decisivo nos eventos dramáticos de 1968 nos EUA. Estudantes brancos de classe média insatisfeitos se revoltaram, buscaram alianças com grupos marginalizados, reivindicando direitos civis, e se uniram contra o imperialismo americano para criar um movimento de construção de um outro tipo de mundo, incluindo um tipo diferente de experiência urbana.

Em Paris, a campanha para interromper a Left Bank Expressway e a destruição da tradicional vizinhança pela invasão de “torres gigantes”, tal como a Place d’Italie e a Tour Montparnasse, estimulou as grandes manifestações da revolta de 1968. Foi neste contexto que Henri Lefebvre escreveu *The Urban Revolution*¹, que previa não apenas a urbanização como central para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, destinada a tornar-se o foco decisivo das lutas políticas de classes, mas isto está obscurecendo pouco a pouco as distinções entre o urbano e o país através da produção de espaços integrados por todo o território nacional, se não além (Lefebvre, 1996). O direito à cidade tinha de significar o direito a comandar todo o processo urbano, que estava dominando progressivamente a zona rural através do fenômeno de expansão desde o agrobusiness à segunda casa e o turismo rural.

Com a revolta de 68 veio a crise financeira nas instituições de crédito que, por meio do financiamento, tinha fortalecido a bolha imobiliária nas décadas precedentes. A crise uniu forças no fim dos anos 60, até que o sistema capitalista como um todo desabou, começando com o rompimento da bolha do mercado imobiliário global em 1973, seguida pela falência fiscal da cidade de Nova York em 1975. Como argumentou William Tabb, a reação às consequências desta última antecipou, efetivamente, a formulação de uma resposta neoliberal aos problemas de perpetuar o poder de classe e reanimar a capacidade de absorver o excedente que o capitalismo tem de produzir para sobreviver (Tabb, 1982).

Amarrando o globo

Avançando uma vez mais, até à conjuntura atual. O capitalismo internacional tem estado numa montanha russa de crises e abalos regionais – Leste e Sudeste da Ásia em 1997-98; Rússia em 1998, Argentina em 2001 – mas até recentemente evitou um abalo global mesmo em face da inabilidade crônica para dispor do excedente de capital. Qual foi o papel da urbanização para estabilizar

¹Edição brasileira: A revolução urbana, Editora UFMG, 2008. (N.T.).

esta situação? Nos EUA é aceita a sabedoria de que o setor habitacional foi um importante estabilizador da economia, particularmente após o desabamento setorial high-tech do final dos anos 90, embora tenha sido um componente ativo de expansão na primeira metade daquela década. O mercado imobiliário absorveu uma quantia considerável de capital excedente através da construção de centros urbanos, residências de subúrbio e escritórios, enquanto a inflação dos preços dos ativos habitacionais – puxados por uma pródiga onda de refinanciamento a taxas de juros mais baixas da história – impulsionava o mercado interno dos EUA. A expansão urbana estadunidense estabilizou parcialmente a economia global na medida em que os EUA administravam um enorme déficit comercial com o resto do mundo, ao tomar de empréstimo cerca de US\$ 2 bilhões ao dia para dar alento ao seu consumismo e às guerras no Afeganistão e no Iraque.

Mas o processo urbano sofreu outra transformação de escala, desta vez, global. O incremento do mercado imobiliário na Grã-Bretanha e na Espanha, assim como em muitos outros países, ajudou a fortalecer a dinâmica capitalista de maneiras muito parecidas ao que aconteceu nos EUA. A urbanização da China nos últimos vinte anos teve um caráter diferente, com sua ênfase no desenvolvimento infraestrutural, mas mesmo ela é mais importante do que a dos EUA. Seu compasso sofreu enormemente após a breve recessão de 1997, na medida em que a China consome quase metade do cimento mundial desde 2000. Mais de cem cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes neste período e, anteriormente, pequenas vilas, como Shenzhen, haviam se tornado grandes metrópoles de 6 a 10 milhões de moradores. Vastos projetos infraestruturais, incluindo barragens e autoestradas – também financiadas – estão transformando a paisagem. As consequências para a economia global e a absorção de capital excedente têm sido significativas: o Chile cresceu graças ao elevado preço do cobre; a prosperidade da Austrália, até mesmo da Argentina e do Brasil, tem sido recuperada em parte pela forte demanda chinesa por matéria prima.

Então a urbanização chinesa é a principal estabilizadora da economia global hoje? Nossa resposta deve ser um sim qualificado; pois a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que já se tornou genuinamente global, em parte devido à surpreendente integração dos mercados financeiros, que usaram sua flexibilidade para financiar o desenvolvimento urbano por todo o mundo. O Banco Central chinês, por exemplo, tem atuado no mercado secundário de hipotecas dos EUA, enquanto o Goldman Sachs estava fortemente envolvido na onda do mercado imobiliário de Mumbai e o capital de Hong Kong tinha investido em Baltimore. Em meio ao fluxo de migrantes empobrecidos, aumentou o setor de construção em Johannesburg, Taipei, Moscou, assim como em cidades nos países capitalistas centrais, tais como Londres e Los Angeles. Mega-projetos de urbanização, surpreendentes, senão criminosos, surgiram no Oriente Médio,

em lugares tais como Dubai e Abu Dhabi, dando conta do excedente tirado do petróleo da maneira mais conspícua, socialmente injusta e ambientalmente prejudicial possível.

Esta escala global torna difícil compreender que o que está acontecendo é, em princípio, similar às transformações que Haussmann comandou em Paris; pois o incremento da urbanização global dependeu, como as anteriores, da construção de novas instituições e arranjos financeiros para organizar o crédito requerido e sustentá-lo. As inovações financeiras estabelecidas ao longo dos anos 80 – securitização e titularização de hipotecas locais para venda a investidores internacionais e o estabelecimento de novos mecanismos de seguro de dívidas e obrigações – desempenharam papel decisivo. Seus vários benefícios incluíram dispersar os riscos e permitir à poupança excedente acesso mais fácil à demanda habitacional, também rebaixaram a taxa de juros agregada, gerando imensas fortunas para os intermediários financeiros que operavam essas maravilhas. Mas dispersar riscos não os elimina. Mais ainda: o fato de que ele pode ser distribuído tão amplamente encoraja comportamentos locais de risco, porque a responsabilidade pode ser transferida alhures. Sem o adequado controle da avaliação de risco, esta onda de financeirização se tornou a assim chamada crise de hipotecas sub-prime e de ativos habitacionais. O detonador estava concentrado, em primeiro lugar, nas e em torno das cidades dos EUA, com sérias implicações particularmente para baixa renda, os afroamericanos das regiões centrais e os domicílios chefiados por mulheres solteiras. Também foram afetados aqueles que, incapazes de dispor de habitação a preços estratosféricos nos centros urbanos, especialmente no Sudoeste, foram forçados à semiperiferia metropolitana; onde eles começaram especulativamente a construção de residências a taxas inicialmente acessíveis, mas já enfrentam a escalada dos custos, como o preço do óleo, e os elevados pagamentos das hipotecas na medida em as taxas de mercado se impuseram.

A crise atual, com viciosas repercussões locais sobre a vida urbana e a infraestrutura, também ameaça toda a arquitetura do sistema financeiro global e pode desencadear uma grande recessão. Os paralelos com os anos 70 são perigosos – incluindo a reação do dinheiro fácil do Federal Reserve (FED) em 2007/8, que quase certamente gerará forte tendência à inflação descontrolada, se não estagflação, em futuro não muito distante. Entretanto, de longe, a situação já é mais complexa e é uma questão em aberto se a China pode compensar um grave abalo nos EUA, mesmo o compasso da urbanização parece estar em câmera lenta. O sistema financeiro também está fortemente articulado como nunca esteve antes (Bookstaber, 2007). O comércio por via eletrônica sempre ameaça criar um grande desvio no mercado – já está provocando incrível volatilidade no mercado de ações – que precipitará uma crise massiva, exigindo uma completa reconsideração de como opera o mercado de capital e de dinheiro, incluindo sua relação com a urbanização.

Propriedade e pacificação

Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como *fast-food* e mercados locais de artesanato. Temos agora, como coloca a socióloga Sharon Zukin², “a pacificação pelo cappuccino”. Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos. Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana (Nafstad et al. 2007). A defesa dos valores da propriedade se torna de tal maneira o interesse político superior que, como afirmou Mike Davis, as associações de proprietários no estado da Califórnia se tornou o bastião da reação política, se não de fascismos de vizinhanças fragmentadas (Davis, 1990).

Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito. Três décadas atrás, a reviravolta neoliberal restaurou o poder de classe das elites ricas. Catorze bilionários surgiram no México desde então e, em 2006, aquele país ostentava o homem mais rico do mundo, Carlos Slim, ao mesmo tempo que a renda dos mais pobres havia estagnado ou diminuído. Os resultados são indelévelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados”. Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escola exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema

²A autora se refere a um cenário no qual o espaço urbano é “imagendrado” (imagined) como um evento de entretenimento para os que dele podem dispor. (N. T.).

de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, fixando firmemente ao que for possível na luta diária pela sobrevivência (Balbo, 1993).

Sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis de se sustentar. A redistribuição privada através da atividade criminal ameaça a segurança individual a cada momento, induzindo demandas populares por repressão policial. Mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no interior do qual e a partir dele movimentos sociais progressistas poderiam surgir, parece implausível. Há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento.

Desposseções

A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho. Haussmann rasgou os velhos bairros parisienses usando o poder de expropriação em nome do melhoramento e da renovação cívicos. Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político. Ele criou uma forma urbana onde, acreditava-se – incorretamente, como se evidenciou em 1871 – que um nível suficiente de vigilância e controle militar poderia assegurar que o movimento revolucionário seria facilmente submetido. Apesar de tudo, como Engels afirmou em 1872:

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver o problema habitacional à sua maneira – isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a questão. Este é o denominado método “Haussmann”... Não importa o quão diferentes sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo: escandalosas alamedas e ruelas desaparecem para exaltação e desperdício da burguesia por causa de seu extraordinário sucesso, mas elas reaparecem imediatamente em outro lugar... A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as produz em outro lugar (Engels, 1935: 74-77).

Demorou mais de cem anos para se completar o aburguesamento do centro de Paris, com as consequências em anos recentes de revolta e desordem naqueles subúrbios isolados que abrigam imigrantes marginalizados, trabalhadores e jovens desempregados. A questão triste aqui, claro, é que o que Engels descreveu se repete por toda a história. Robert Moses “abriu caminho a machado até o Bronx”, em suas infames palavras, provocando longos e ruidosos protestos de vizinhanças e movimentos. Nos casos de Paris e Nova York, como o poder estatal de expropriação foi contido, uma ofensiva mais insidiosa e degeneradora se realizou através da disciplina fiscal do município, da especulação imobiliária e da definição do uso do solo segundo a taxa de retorno conforme seu “melhor e mais alto uso”. Engels entendeu muito bem essa sequência:

O crescimento das cidades grande modernas dá à terra de algumas áreas, particularmente daquelas centralmente localizadas, um progressivo valor artificial e colossal. As construções nestas áreas desvalorizam ao invés de valorizar, porque elas não pertencem mais às circunstâncias alteradas. Elas são demolidas e substituídas por outras. Isto ocorre, sobretudo, com as moradias dos trabalhadores centralmente localizadas e cuja renda, mesmo com superlotação, nunca pode, senão muito lentamente, se elevar além de um certo maximum. Elas são demolidas e, em seus lugares, lojas, armazéns e edifícios públicos são erguidos (Id.: 23).

Esta descrição, escrita em 1872, aplica-se diretamente ao desenvolvimento urbano de grande parte da Ásia – Delhi, Seul, Mumbai – assim como à gentrificação em Nova York. Um processo de deslocamento, que chamo “acumulação por despossessão”, encontra-se no cerne da urbanização sob o capitalismo (Harvey, 2003); ó o espelho da absorção de capital pelo desenvolvimento urbano e está causando numerosos conflitos em torno da captura das terras valiosas de populações de baixa renda que nelas puderam viver por muitos anos.

Considere-se o caso de Seul nos anos 90: as construtoras e os incorporadores contrataram quadrilhas de lutadores para invadirem vizinhanças nas ladeiras da cidade. Eles destruíam a marreta não apenas as casas, mas também todas as posses daqueles que haviam construído suas casas nos anos 50, agora área nobre. Torres elevadas, que não mostram vestígios da brutalidade que permitiu sua construção, agora cobre muito daquelas ladeiras. Em Mumbai, enquanto isso, 6 milhões de pessoas oficialmente consideradas faveladas estão assentadas em terras sem título legal. Todos os mapas da cidade deixam essas áreas em branco. Com a tentativa de tornar Mumbai um centro financeiro global para rivalizar com Shanghai, o incremento da incorporação adquiriu ritmo e a terra que os posseiros ocupam parece progressivamente valiosa. Dharavi, um dos mais proeminentes bairros pobres de Mumbai, é avaliado em US\$ 2 bilhões. A pressão para desobstruí-lo – por razões sociais e ambientais que mascaram a grilagem – aumenta diariamente.

O poder financeiro apoiado pelo Estado força a desobstrução dos bairros pobres, em alguns casos, tomando posse violentamente da terra ocupada por toda uma geração. A acumulação de capital através da atividade imobiliária é incrementada, já que a terra é adquirida quase sem custo.

As pessoas deslocadas receberão compensação? Os sortudos ganharão uma ninharia. Mas enquanto a Constituição indiana especifica que o Estado tem a obrigação de proteger a vida e o bem-estar de toda a população, sem restrição de casta ou classe, e garantir o direito à habitação e à proteção, a Suprema Corte tem emitido sentenças que reescrevem esta exigência constitucional. Como os favelados são ocupantes ilegais e, definitivamente, muitos não podem prover sua residência no longo prazo, eles não têm direito a compensação. Conceder este direito, diz a Suprema Corte, seria a mesma coisa que recompensar os batedores de carteira por sua ação. Assim, os ocupantes ou resistem e lutam ou se mudam com seus poucos pertences, acampando-se às margens de autoestrada ou em qualquer espaço exíguo que encontrem (Ramanathan, 2006 e Shukla, 2006). Exemplos de desposseção podem ser encontrados nos EUA, ainda que tendam a ser menos brutal e mais legalista: o direito do governo de domínio público tem sido abusado a fim de deslocar residentes estabelecidos em habitações modestas em favor de demandas de usos superiores do solo, tais como condomínios e pequenos comércios. Quando estes foram interpelados na Suprema Corte dos EUA, a justiça determinou que era constitucional para a jurisdição local comportar-se desta maneira a fim de aumentar sua base de tributação territorial.

Na China, milhões estão sendo desapropriados dos espaços que ocupam há muito tempo; três milhões apenas em Beijing. Como eles não têm o direito à propriedade privada, o Estado pode simplesmente removê-los por decreto, oferecendo-lhes o menor pagamento para ajudá-los antes de transferir a terra a incorporadores, com grande lucro. Em alguns casos, as pessoas se mudam de boa-vontade, mas há também relatos de resistência generalizada, reação comum à repressão brutal do Partido Comunista. Na República Popular da China é freqüente que as populações em reservas rurais sejam deslocadas, ilustrando a significância do argumento de Lefebvre, prescientemente definido nos anos 60, de que a distinção clara que existiu entre o rural e o urbano vai desaparecendo gradualmente num conjunto de espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual, sob o comando hegemônico do capital e do Estado. Este é o caso também da Índia, onde os governos estaduais e central agora favorecem ostensivamente a criação de Zonas Econômicas Especiais para o desenvolvimento industrial, ainda que a maior parte da terra seja destinada à urbanização. Esta política levou a batalhas contra produtores agrícolas, piores do que o massacre em Nandigram em Bengala Ocidental em março de 2007, orquestrada pelo governo estadual marxista. Para a exploração de terra pelo Grupo Salim, um conglomerado

indonésio, o governo do Partido Comunista da Índia enviou policiais armados para dispersar manifestantes aldeões; pelo menos 14 foram mortos a tiro e um número indeterminado de feridos. Os direitos da propriedade privada, neste caso, não forneceram proteção.

O que resta do aparentemente progressista propósito de recompensar o direito à propriedade das populações assentadas, fornecendo-lhes recursos que lhes permitam deixar a pobreza para trás?³ Tal esquema agora está em debate para as favelas do Rio de Janeiro, por exemplo. O problema é que o pobre, em situação de insegurança de renda e frequentes dificuldades financeiras, pode ser persuadido facilmente a comercializar este recurso por um pagamento relativamente baixo. O caracteristicamente rico se recusa a dar seus recursos por qualquer preço, razão pela qual Moses pôde abrir caminho a machado para o Bronx de baixa renda, mas não para a abastada Park Avenue. O último efeito da privatização da habitação social, de Margareth Thatcher, foi criar uma estrutura de renda e preço por toda a região metropolitana de Londres que impede o acesso de pessoas de baixa renda, até mesmo da classe média, à acomodação em qualquer lugar próximo ao centro urbano. Aposto que dentro de quinze anos, se a tendência atual continuar, todas aquelas ladeiras ocupadas por favelas no Rio de Janeiro serão cobertas por condomínios de alto padrão com fabulosa vista para a idílica baía, enquanto os primeiros moradores terão sido removidos para alguma periferia remota.

Formulação de demandas

A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. O planeta como lugar construído colide com o “planeta das favelas” (Davis, 2006). Periodicamente isto acaba em revolta, como em Paris em 1871 ou nos EUA após o assassinato de Martin Luther King em 1968. Se, como parece, as dificuldades fiscais aumentam e a fase neoliberal, pós-moderna e consumista de absorção capitalista de excedente através da urbanização, até aqui bem-sucedida, está no fim e uma crise mais ampla se anuncia, então se levanta a questão: onde está nosso 68 ou, mais dramaticamente, nossa versão da Comuna? Assim como com o sistema financeiro, com certeza a resposta deve ser mais complexa exatamente porque o processo urbano agora tem

³Muito desta reflexão encontra-se no trabalho de Soto (2000); ver também a análise crítica feita por Mitchell (2005).

escopo global. Os sinais de rebelião estão por toda parte: a agitação na China e na Índia é crônica, as guerras civis devastam a África, a América Latina está em ebulição. Qualquer uma dessas revoltas poderia se tornar contagiosa. Diferente do sistema fiscal, entretanto, os movimentos sociais urbanos e peri-urbanos⁴ de oposição, e há muitos pelo mundo, não estão fortemente articulados. De fato, a maioria não tem conexão com outros. Se, de alguma maneira, eles se unem, o que demandariam?

A resposta para esta questão é simples, em princípio: maior controle democrático sobre a produção e utilização do excedente. Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade. Em toda a história capitalista, parte do excedente foi taxada e, na fase social-democrática, a proporção à disposição do Estado se elevou significativamente. O projeto neoliberal, nos últimos trinta anos, foi orientado para a privatização daquele controle. Os dados para todos os países da OCDE mostram, entretanto, que a parte do Estado no resultado bruto tem sido constante desde os anos 70⁵. A principal realização da ofensiva neoliberal foi impedir o compartilhamento público das receitas, como nos anos 60. O neoliberalismo criou, também, um novo sistema de governança que integra o Estado e os interesses corporativos e, através do poder monetário, ele assegurou que a disposição do excedente através da aparato estatal favorecesse o capital corporativo e as classes superiores na moldagem dos processo urbano. Elevar a proporção do excedente apropriado pelo Estado terá um impacto positivo apenas se o próprio Estado for submetido a controle democrático.

Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados. Em Nova York, por exemplo, o bilionário prefeito, Michael Bloomberg, está remodelando a cidade conforme diretrizes favoráveis aos incorporadores – Wall Street e capitalistas transnacionais – e promovendo a cidade como uma localização ótima para grandes negócios e destino fantástico para turistas. Com efeito, ele está tornando Manhattan um vasto condomínio fechado para ricos. Na Cidade do México, Carlos Slim remendou as ruas do centro urbano para agradar ao olhar do turista. Não apenas indivíduos abastados exercem poder direto. Na cidade de New Haven, presa aos recursos de reinvestimento urbano, está Yale, uma das mais ricas universidade no mundo, que está redesenhando muito da estrutura urbana ao gosto das suas necessidades. A Universidade John

⁴Conceito oriundo da sociologia francesa, se refere a um tipo de urbanização pouco frequente no Brasil, caracterizada por núcleos urbanos em torno dos quais as áreas rurais desempenham funções urbanas. (N.T.).

⁵OECD *Factbook 2008: Economic, Environmental and Social Statistics*, Paris 2008, p. 225.

Hopkins está fazendo o mesmo para o leste de Baltimore e a Universidade de Colúmbia planeja fazer igual para áreas de Nova York, estimulando movimentos de resistência em ambos os casos. O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto.

Todo mês de janeiro, o Serviço de Superintendência do Estado de Nova York publica uma estimativa do total de bônus de Wall Street para os próximos doze meses. Em 2007, ano desastroso para o mercado financeiro, sob qualquer indicador, tais bônus somavam US\$ 33,2 bilhões, apenas 2% menos que no ano anterior. Em meados do verão de 2007, o Federal Reserve (FED) e o Banco Central Europeu despejaram bilhões de dólares em crédito de curto prazo no mercado financeiro para assegurar sua estabilidade e, em seguida, o FED rebaixava dramaticamente a taxa de juros ou elevava enormemente a liquidez sempre que o índice Dow Jones ameaçava precipitar-se em queda. Entretanto, cerca de dois milhões de pessoas tornaram-se, ou estão para se tornar, sem-teto por execução de hipotecas. Muitos bairros da cidade, até mesmo muitas comunidades peri-urbanas nos EUA, foram lacradas e vandalizadas, naufragaram por causa dos empréstimos predatórios praticados pelas instituições financeiras. Esta população está endividada sem bônus. De fato, como a execução da hipoteca significa perdão da dívida, que é considerada renda nos Estados Unidos, muitos dos despejados encaram grandes faturas de imposto de renda pelo dinheiro que nunca tiveram. Esta assimetria não pode ser explicada senão como uma forma massiva de confrontação de classe. Um “Katrina financeiro” está se desenvolvendo, o que, convenientemente (para os incorporadores) ameaça varrer vizinhanças de baixa renda em favor de valorização potencial em áreas centrais mais efetiva e rapidamente do que poderia ser realizado através do domínio jurídico

Temos ainda, entretanto, que descobrir uma oposição coerente a estes desdobramentos no século XXI. Já há, claro, muitos grandes movimentos sociais voltados para a questão urbana – desde a Índia e o Brasil, à China, Espanha, Argentina e Estados Unidos. Em 2001, um Estatuto da Cidade⁶ foi inserido na legislação brasileira, após pressão dos movimentos sociais, para reorganizar o direito coletivo à cidade (Fernandes, 2007). Nos Estados Unidos houve pedidos acima de US\$ 700 bilhões de garantia para as instituições financeiras destinarem à Reconstrução bancária, o que ajudaria a impedir a execução das hipotecas e financiaria os esforços de revitalização das vizinhanças e de renovação infraestrut-

⁶Lei n.º 10.257. (N.T.)

tural em nível municipal. A crise urbana que está afetando milhões seria, então, priorizada em relação às necessidades dos investidores e financistas. Infelizmente, os movimentos sociais não são suficientemente fortes ou mobilizados para impor esta solução; nem convergiram ainda para o objetivo específico de obter maior controle sobre a utilização dos excedentes, sem falar das condições da sua produção.

A esta altura da história, isto tem de ser uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois esta é a escala na qual o processo de urbanização opera agora. Por certo, a tarefa política de organizar tal confronto é difícil, se não assustadora. Entretanto, as oportunidades são múltiplas porque, como esta breve história mostra, as crises irrompem repetidamente em torno da urbanização, tanto local como globalmente, e porque a metrópole é o ponto de colisão massiva – à coragem chamamos luta de classes? – contra a acumulação por despossessão, que beneficiou o mínimo de felizardos, e o ímpeto desenvolvimentista que procura colonizar o espaço para os ricos.

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais.

Bibliografia

BALBO, Marcello (1993). Urban Planning and the Fragmented City of Developing Countries. *Third World Planning Review*, vol. 15, n. 1, pp. 23–35.

BOOKSTABER, Richard (2007). *Demon of Our Own Design: Markets, Hedge Funds and the Perils of Financial Innovation*. Hoboken: New Jersey.

DAVIS, Mike (2006). *Planet of Slums*, London and New York: Verso.

_____ (1990). *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London and New York: Verso.

ENGELS, Friedrich (1935). *The Housing Question*. New York.

FERNANDES, Edésio (2007). Constructing the “Right to the City” in Brazil. *Social and Legal Studies*, vol. 16, n. 2 (June), pp. 201–19.

- HARVEY, David (2003a). *Paris, Capital of Modernity*. New York.
- _____ (2003b). *The New Imperialism*. Oxford University Press.
- LEFEBVRE, Henri (2003). *The Urban Revolution*. Minneapolis.
- MITCHELL, Timothy (2005). The Work of Economics: How a Discipline Makes its World. *Archives Européennes de Sociologie*, vol. 46, n. 2 (August), pp. 297–320.
- MOSES, Robert (1942). What Happened to Haussmann? *Architectural Forum*, vol. 77 (July), pp. 57–66, New York.
- NAFSTAD, Hilde et al. (2007). Ideology and Power: The Influence of Current Neoliberalism in Society. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, vol. 17, n. 4 (July), pp. 313–27.
- PARK, Robert (1967). *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago.
- RAMANATHAN, Usha (2006). Illegality and the Urban Poor. *Economic and Political Weekly*, n. 22 July.
- SHUKLA, Rakesh (2006). Rights of the Poor: An Overview of Supreme Court. *Economic and Political Weekly*, n. 2 September.
- SOTO, Hernando de (2000). *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*, New York.
- TABB, William (1982). *The Long Default: New York City and the Urban Fiscal Crisis*. New York University.